



04 de maio de 2012

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

**A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico
e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira**

FOLHA.com

VALE VÊ DEMANDA FORTE E ALTA NO PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO

A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, avalia que há uma tendência de alta dos preços de seu principal produto, com o pior já tendo passado para a economia da China, principal importador global da matéria-prima.

Nesse cenário, em períodos de pico de demanda, o preço do minério de ferro no mercado internacional poderia atingir US\$ 180 por tonelada, disse o diretor da mineradora Vale, José Carlos Martins, em conferência nesta quinta-feira para comentar os resultados do primeiro trimestre, divulgados ontem.

O executivo afirmou ainda que, no cenário atual, um nível de US\$ 150 por tonelada para o preço do minério de ferro é "razoável", acrescentando ainda que a cotação não deve cair abaixo de US\$ 120.

Atualmente, o minério de ferro está em torno de US\$ 145 por tonelada.

Os preços da Vale no primeiro trimestre não refletiram a recuperação dos valores praticados no mercado internacional por vários motivos, entre os quais o fato de uma parcela de vendas ainda estar vinculada ao modelo antigo de precificação. Nesse modelo, os movimentos de altas ou baixas não são repassados imediatamente.

"Tivemos ainda alguns preços referidos ao sistema anterior e do trimestre passado para este trimestre esses preços caíram, com a média defasada, então eles estão ainda puxando a média do terceiro trimestre", explicou Martins.

"Mas tem também muitos preços com o valor do mês ou até do dia. Temos parcela crescente das vendas realizadas a preços do dia. Daqui para frente os valores entrarão em precificação mais próxima do sistema que se tem atualmente", acrescentou o executivo.

A mineradora registrou uma queda de 40,5% em seu lucro no primeiro trimestre, em parte por conta dos preços mais baixos do minério de ferro.

A companhia está fazendo entre 10% e 15% das vendas de minério de ferro por meio de licitação, disse Martins em uma segunda teleconferência para analistas.

Segundo o diretor, essas vendas são de carregamentos no mar e feitas com base no preço diário.

Vendas Retomadas

O tempo adverso no primeiro trimestre, com chuvas fortes prejudicando as operações da mineradora, também afetaram o desempenho da companhia, especialmente em janeiro e fevereiro.

Mas em março os volumes embarcados superaram os dois primeiros meses do ano, informou o presidente Vale, Murilo Ferreira, na mesma teleconferência.

Diante disso, a companhia espera uma recuperação nas vendas e mantém a projeção de vendas de 310 milhões de toneladas para 2012.

As vendas totais de minério de ferro e pelotas da Vale atingiram recorde histórico no ano passado, com quase 300 milhões de toneladas.

"Nós não perdemos a confiança que vamos entregar os números que prometemos. A Vale tem uma plataforma de crescimento muito importante, muito focada. Todos sabem onde vamos crescer, não vamos nos desviar desse comprometimento", disse Ferreira.

A mineradora considera ainda que, apesar da queda do preço, a demanda por cobre continua forte, afirmou o diretor financeiro da mineradora, Tito Martins.

As ações da Vale chegaram a cair quase 3%, mas por volta das 13h45 operavam com alta de 0,58%, enquanto o Ibovespa, índice das principais ações da Bolsa de São Paulo, estava praticamente estável.

Fonte: Folha.com

Data: 26/04/2012



BILIONÁRIOS PLANEJAM MINERAÇÃO EM ASTEROIDES

Um grupo de bilionários está planejando uma operação de mineração em asteroides.

O projeto de milhões de dólares prevê o uso de espaçonaves robóticas para extrair componentes químicos usados em combustíveis, além de minerais como platina e ouro. Minerais raros também serão prospectados.

Notícias relacionadas

Entre os envolvidos nos planos está o cineasta americano e explorador James Cameron, além de um dos fundadores do Google, Larry Page, e seu presidente executivo, Eric Schmidt.

A companhia, batizada de Planetary Resources (Recursos Planetários, em tradução livre), também conta com o apoio do pioneiro do turismo espacial, Eric Anderson, o filho do ex-candidato à Presidência americana, Ross Perot Jr., e o astronauta veterano Tom Jones.

O primeiro passo do empreendimento será dado nos próximos 18 ou 24 meses, com o lançamento do primeiro de uma série de telescópios que vão procurar asteroides ricos em recursos minerais. O objetivo será abrir a exploração do espaço para o setor privado da indústria.

Dentro de um período entre cinco e dez anos, a companhia espera progredir da venda de plataformas de observação em órbita em volta da Terra para serviços de prospecção. O plano da Planetary Resources é de extrair os recursos dos milhares de asteroides que passam relativamente próximos da Terra.

Os bilionários já planejam até criar um depósito de combustível no espaço até 2020.

"Temos uma visão de longo prazo. Não esperamos que esta companhia deem lucro do dia para noite. Isto levará tempo", disse Eric Anderson, um dos fundadores da Space Adventures, à agência de notícias Reuters.

Nem a sobrevalorização da platina e do ouro devem pagar o projeto. Uma próxima missão da Nasa (agência espacial americana) que pretende trazer de volta apenas 60 gramas de material de um asteroide vai custar cerca de US\$ 1 bilhão.

Combustível e ceticismo

Além da extração de minerais raros, os bilionários planejam também extrair dos asteroides componentes usados em combustíveis. A água dos asteroides pode ser transformada, no espaço, em oxigênio líquido e hidrogênio líquido para ser usado em combustível de foguete.

O plano é que a água seja transportada do asteroide para um local no espaço, onde possa ser convertida em combustível. A partir deste ponto, poderá ser levada para a órbita da Terra para reabastecer satélites comerciais ou espaçonaves.

Os projetos do grupo de bilionários foram recebidos com ceticismo por vários cientistas.

Para o professor Jay Melosh, da Universidade Purdue, os custos de uma operação como esta seriam altos demais. Ele também disse que a exploração espacial é um "esporte que apenas as nações ricas, e aquelas que querem demonstrar grande avanço técnico, podem bancar".

"Um depósito (de combustível) dentro de uma década parece pouco possível. Espero que já tenhamos alguém para usar isto", disse Andrew Cheng, cientista planetário do Laboratório de Física Aplicada da Universidade Johns Hopkins, à agência de notícias Associated Press.

Eric Anderson respondeu a estas afirmações dizendo que está acostumado com ceticismo.

"Antes de começarmos a levar pessoas para o espaço, como cidadãos privados, as pessoas pensaram que era uma ideia absurda", afirmou o pioneiro do turismo espacial, acrescentando que o projeto deve, sim, "gerar dinheiro".

Fonte: BBC Brasil

Data: 24/04/2012

VALE REVISIA INVESTIMENTOS EM PROJETO NA ARGENTINA

Incertezas de ordem institucional e econômica na Argentina estão levando a Vale a fazer uma análise do projeto de potássio Rio Colorado, na província de Mendoza, com investimentos estimados em US\$ 5,9 bilhões. A recente decisão do governo argentino de nacionalizar a petroleira YPF tornou-se, no âmbito institucional, mais um elemento de preocupação para a Vale, disse o presidente da mineradora, Murilo Ferreira. Segundo ele, o evento político envolvendo a YPF não foi, porém, o fator exclusivo que levou à análise em relação ao projeto Rio Colorado.

"Estamos analisando o projeto sobre diversas perspectivas", afirmou Ferreira. As avaliações envolvem, além do cenário institucional, temas como inflação, política cambial, impostos sobre a exportação e discussões sobre infraestrutura com as províncias envolvidas no projeto. O Rio Colorado inclui investimentos na produção de potássio e a renovação de ferrovia, com 440 quilômetros, além da construção de um ramal ferroviário de 350 quilômetros e de um terminal marítimo em Bahia Blanca, na província de Buenos Aires.

A capacidade nominal estimada para o projeto é de 4,3 milhões de toneladas de potássio por ano com início da operação previsto para o segundo semestre de 2014. Segundo informações da empresa, o projeto encontra-se com 30% de avanço físico e um investimento total executado de US\$ 1,1 bilhão. Só em 2012 foram investidos US\$ 243 milhões de um total esperado para o ano de US\$ 1 bilhão.

O presidente da Vale mencionou a preocupação com o projeto de Rio Colorado em teleconferência com analistas sobre os resultados da companhia no primeiro trimestre do ano. Ontem, após a divulgação dos resultados, que foram mais fracos do que em igual período de 2011, as ações ordinárias da mineradora fecharam com alta de 1,46%, enquanto as preferenciais subiram 1,67% em relação ao dia anterior.

Ferreira disse que a Vale poderá investir mais do que os US\$ 21,4 bilhões estimados para 2012. "Existe possibilidade de cumprir o orçamento aprovado pelo conselho e solicitar recursos adicionais", afirmou Ferreira. Ele lembrou que a Vale mudou a metodologia dos projetos, passando a colocar no orçamento empreendimentos que tenham sido aprovados pelo conselho de administração da empresa e que possuam licença ambiental.

O diretor-executivo de ferrosos e estratégia da Vale, José Carlos Martins, destacou que os investimentos vivem um "bom progresso" dentro da companhia. Do total de investimentos previstos para este ano, US\$ 12,9 bilhões são para execução de projetos, US\$ 2,4 bilhões em pesquisa e desenvolvimento e US\$ 6,1 bilhões na manutenção de projetos existentes. Ferreira mostrou-se otimista em relação à recuperação das economias emergentes, em especial da China, que vive momento de desaceleração. No primeiro trimestre, a China respondeu por 64,3% dos embarques de minério e pelotas da Vale, com 41,9 milhões de toneladas, acima de igual período de 2011.

Fonte: Valor Econômico

Data: 27/04/2012

MMX, DE EIKE BATISTA, RECEBE LICENÇA PARA EXPANSÃO DE SERRA AZUL

A MMX, do bilionário Eike Batista, recebeu a licença ambiental de instalação para o início das obras da expansão da unidade de Serra Azul, que pode triplicar a produção da mineradora, informou a empresa em fato relevante nesta quinta-feira.

A construção do novo complexo tem prazo previsto de 24 meses e a estimativa atualizada de investimento é de R\$ 4,8 bilhões.

A licença contempla a implantação de uma nova usina de beneficiamento de minério de ferro, com capacidade para 29 milhões de toneladas por ano, um terminal ferroviário e um mineroduto com sete quilômetros de extensão.

Essa capacidade de beneficiamento, de acordo com a MMX, foi obtida com otimização de engenharia do projeto com desenvolvimento de processo que "permitirá a utilização de minério friável e compacto ao mesmo tempo, na proporção aproximada de 30% e 70% respectivamente".

As minas de Serra Azul estão licenciadas para uma capacidade instalada de 8,7 milhões de toneladas de minério de ferro e após a expansão a produção será exportada pelo Superporto Sudeste, no município de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

A companhia encerrou 2011 com produção de 7,5 milhões de toneladas de minério de ferro, considerando os sistemas Sudeste e Corumbá.

Fonte: Folha.com

Data: 26/04/2012



FERROVIAS DA VALE PODEM SER ÚTEIS À PETROBRAS

As ferrovias da Vale poderão ser úteis para que a Petrobras amplie seu acesso ao interior do Brasil, afirmou nesta quinta-feira o presidente da mineradora, Murilo Ferreira, durante teleconferência com jornalistas.

A declaração foi feita em resposta à indagação sobre memorando de entendimentos assinado recentemente entre as duas maiores companhias do país - no protocolo, não havia detalhes dos acordos.

Ferreira lembrou que a Vale está duplicando a Estrada de Ferro Carajás. A ferrovia Norte-Sul também poderia ser aproveitada, segundo sinalizou o executivo.

O acordo entre Vale e Petrobras deve contemplar ainda o uso de portos da maior produtora de minério de ferro do mundo, em troca de prioridade no abastecimento de gás produzido pela petroleira, disse uma fonte à Reuters.

Outro projeto que pode atender aos interesses das duas companhias é o de produção de terras-raras. A Vale poderá ter como garantia de investimentos na exploração dos compostos minerais um contrato de longo prazo com a estatal, que atualmente importa 100 por cento das suas necessidades da China para o refino de gasolina.

Ferreira afirmou que a Vale continua realizando a exploração das reservas de terras-raras, herdadas com a compra da Bunge.

ÁSIA

A mineradora Vale informou ainda que cobrirá suas necessidades de transporte a partir de navios gigantes com centros de distribuição na Ásia, disse na mesma ocasião o diretor de Metais Ferrosos da companhia, José Carlos Martins.

Os centros de distribuição são uma alternativa encontrada pela Vale para driblar a dificuldade de atracar os meganavios nos portos da China.

A partir dos centros de distribuição, o minério de ferro é transportado para embarcações menores que podem atracar nos portos chineses sem problemas.

Fonte: Globo.com

Data: 26/04/2012



VALE PODE ELEVAR INVESTIMENTO MESMO COM LUCRO REDUZIDO

Presidente da empresa afirmou ontem que aportes, estimados em até R\$ 21,4 bilhões, devem ser ainda maiores durante todo o ano de 2012.

Mesmo após amargar uma queda de 43% em seu lucro líquido no primeiro trimestre deste ano, em relação a 2011, a Vale afirmou ontem que os investimentos para 2012 podem ser ainda maiores que os R\$ 21,4 bilhões projetados atualmente. “Existe uma boa possibilidade de executarmos todo o aporte previsto e até de investirmos mais”, disse o presidente da empresa, Murilo Ferreira, em teleconferência a jornalistas.

Ferreira creditou o fraco desempenho da companhia nos três primeiros meses do ano às fortes chuvas que impactaram produção, custos e embarques. No entanto, o executivo continua confiante. “Não há razão alguma para acreditarmos que os resultados deste ano serão inferiores aos de 2011”, afirmou Ferreira. Ele lembrou que, anteriormente, a empresa já havia divulgado as suas expectativas de que o trimestre seria mais fraco, seguido de uma gradual melhora ao longo do ano.

De acordo com o diretor-executivo de Ferrosos e Estratégia da Vale, José Carlos Martins, a companhia tem seguido as tendências de mercado no que diz respeito ao sistema de precificação do minério de ferro. “Os chineses preferem os preços do momento. Hoje, esta é a realidade do mercado, e nós dançamos conforme a música”, disse o executivo. Martins destaca que cerca de metade das negociações feitas na China segue os preços atuais.

Ele complementa que os contratos de longo prazo ainda são maioria para a Vale, mas os chamados index (índices, em português, que são uma espécie de preços de referência baseados no

momento, como nas bolsas de valores) também devem crescer. “Estamos seguindo as tendências do mercado”, disse Martins.

O executivo salienta que o sistema que era adotado até o terceiro trimestre do ano passado era baseado em contratos trimestrais e, atualmente, existem mais 10 modelos para a precificação. “Todos são baseados em preços de referência do mercado, mas usando médias diferentes. Alguns clientes usam bases trimestrais, mensais, ou até diários”, acrescentou.

Ainda em relação à região asiática, Martins disse que o centro de distribuição (CD) da companhia na China —projeto antigo da mineradora — ainda não obteve licença. Porém, o CD de Omã (na Arábia) já está pronto e o da Malásia está em construção, devendo ficar pronto no final de 2013. “Recentemente, aprovamos mais um CD nas Filipinas, o que deve ampliar nossa capacidade de embarques para 60 milhões de toneladas anuais na região”, disse o executivo.

Martins destacou que a Vale leva desvantagem em relação às empresas sediadas próximas à China. “Hoje, os países preferem negociar com empresas que estão mais perto, porque o embarque do Brasil para a Ásia, por exemplo, leva mais de 45 dias”, diz o executivo. Com a construção dos novos centros de distribuição, a situação ficará mais “confortável” para a mineradora. “Ganharemos competitividade”, afirma.

O presidente da Vale ressaltou que a economia chinesa apresentou desaceleração no final do ano passado, mas que o ritmo de crescimento deve aumentar nos próximos meses. Além disso, Ferreira diz que o primeiro trimestre foi muito bom para o mercado do aço e, caso o quadro continue assim, a mineradora terá o maior recorde diário de sua história.

Impasses institucionais

O presidente da Vale destacou dois eventos como impasses “institucionais”. Um deles é o projeto do Rio Colorado, na Argentina. Com a expropriação da petrolífera YPF, Ferreira afirma que o momento é de instabilidade no país vizinho. “Deixamos claro que a nossa decisão de rever o projeto Colorado se deve a vários motivos, entre eles a altíssima inflação na Argentina e também o evento político em questão”, diz. Ele frisou que o episódio da YPF não foi o detonador da bomba para a revisão do projeto da Vale, no país. “Todo ambiente de incertezas traz consequências”, diz.

Outro problema “institucional” vivido pela maior mineradora do mundo é a cobrança de taxas sobre a mineração, instituídas pelos governos do Pará, Minas Gerais e Amapá. “Essa discussão tem sido liderada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e nós vamos continuar acompanhando a situação. Até o momento, não fomos informados de mudanças”, diz Ferreira.

EBX

Ainda nesta quinta-feira, a Vale e o grupo EBX, do empresário Eike Batista, firmaram um memorando de entendimentos para estudar a construção de um trecho ferroviário para ligar ferrovias ao Porto de Açu (RJ), segundo divulgado em comunicado oficial. Caso fique comprovada a viabilidade econômica e ambiental do projeto, a mineradora brasileira teria acesso garantido ao porto de Eike para escoar o seu minério de ferro. Em agosto do ano passado, Eike havia dito que estudava uma parceria com a mineradora para interconectar o Porto do Açu com ferrovias administradas pela mineradora. O Porto de Açu abrigará um complexo industrial que irá demandar US\$ 40 bilhões em investimentos.

Fonte: Panorama Brasil

Data: 27/04/2012

BRASIL, CANADÁ E LIBÉRIA SÃO ALVOS DE EXPANSÃO DA ARCELORMITTAL

O bilionário Lakshmi Mittal, presidente da ArcelorMittal, afirmou neste sábado que planeja expandir suas operações de mineração e alguns projetos siderúrgicos no Canadá, na Libéria e no Brasil. Ele citou que o consumo de aço na China crescerá 4% neste ano e que a demanda dos Estados Unidos pela commodity terá expansão de 8%. Na União Europeia, a demanda poderá por aço continuar em desaceleração, de acordo com Mittal.

Segundo o empresário, na Índia, a alocação dos direitos de exploração de minérios, deveria ser mais transparente. Mittal afirmou que a economia da Índia vai se manter em crescimento, não sendo afetada pela lentidão das reformas e pelos atrasos na tomada de decisões pelo governo. O empresário escolheu a Índia para seu primeiro investimento no processamento de petróleo.

Fonte: Valor Econômico

Data: 29/04/2012

TAXA DE MINERAÇÃO PODE SER REDUZIDA

Marcelo Jabour: Fisco pretende reduzir as chances de vitória dos contribuintes

Os contribuintes mineiros poderão reduzir o valor a pagar da taxa de mineração. O Estado autorizou que os gastos com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais (TFAMG) sejam deduzidos do novo tributo. A medida está no Decreto nº 45.958, publicado no Diário Oficial de sexta-feira.

A taxa de fiscalização ambiental foi instituída pela Lei nº 14.940, de 29 de dezembro de 2003. A de mineração - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - foi criada no ano passado, por meio da Lei nº 19.976, e regulamentada pelo Decreto nº 45.936, de março.

A forma de dedução ainda será regulamentada por meio de portaria da Subsecretaria da Receita Estadual. A mudança, segundo Marcelo Jabour, diretor da Lex Legis Consultoria Tributária, pode estar relacionada com os debates sobre a constitucionalidade da taxa de mineração. "Discute-se notadamente sobre a competência tributária estadual para exigir o tributo. Com essa medida, o Fisco pretende reduzir as chances de vitória dos contribuintes em relação à sobreposição dessas taxas", afirma Jabour.

Segundo nota da Secretaria da Fazenda de Minas, o decreto também autoriza os adquirentes de mineral ou minério destinados à transformação industrial no Estado a emitir uma declaração mensal - ao invés de uma declaração por compra - sobre suas aquisições. Isso durante o período entre o pedido de regime especial e a decisão sobre sua procedência. "Além de se responsabilizarem pela TFRM em relação à quantidade de mineral ou minério que não for destinada à industrialização", acrescenta a nota.

A taxa de mineração começou a ser cobrada no dia 28 de março. Em relação às operações de março e abril, o primeiro recolhimento deverá ser feito no dia 31 de maio.

Fonte: Valor Econômico

Data: 30/04/2012

ESTADO DE MINAS

PRESIDENTE DO IBRAM DIZ QUE ENTIDADE QUER DISCUTIR NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO

Antes mesmo de tomar posse na presidência do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), o engenheiro de minas José Fernando Coura procurou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para demonstrar o entendimento do setor de que o país não pode mais esperar por um novo marco regulatório da atividade. “O pior dos mundos é a incerteza dos investidores sobre o que virá.

Estamos abertos para dialogar e discutir a nova legislação no Congresso Nacional, que é o local adequado e legítimo para essas definições”, disse o mineiro, que foi escolhido para presidir a instituição entre os quadros de uma entidade de classe estadual, o Sindicato da Indústria Extrativa do Ferro e Metais de Minas Gerais (Sindiextra), pela primeira vez em 35 anos de atuação do IBRAM. Para abrir o caminho dos investidores, Fernando Coura disse que a marca da sua gestão à frente do instituto será o diálogo com as autoridades, os ambientalistas, trabalhadores e as comunidades dos municípios e estados mineradores.

As empresas enfrentam o desafio de convencer os ambientalistas e boa parte da população atingida por grandes projetos, como a abertura de minas pela Vale, a Anglo American e a Companhia Siderúrgica Nacional. Como o sr. pretende lidar com essas questões?

O diálogo é a marca que o IBRAM vai seguir. Vamos trabalhar para que o instituto seja o catalisador das demandas das empresas e dos sindicatos patronais estaduais, trabalhando fortemente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). É uma aliança que fizemos em Minas Gerais e deu certo. O resultado dessa parceria foi o reconhecimento da mineração como uma indústria altamente geradora de serviços de transporte, engenharia, construção, de metal-mecânica e energia, ou seja, o elo de uma cadeia de transformação de produtos. Mostramos que a mineração não é só uma atividade extrativista; ela tem tecnologia embarcada, já produz duas ou três safras de um minério importante como o ferro e gera produtos recicláveis, com sustentabilidade ambiental. Temos caminhões de 240 toneladas nas minas, avaliados em US\$ 10 milhões e comandados por mulheres, uma demonstração da evolução das empresas.

Como ficam os investimentos do setor, conforme a revisão que o IBRAM acaba de fazer?

Aumentou a previsão de recursos que serão aplicados pela indústria mineral, que busca se aproveitar do crescimento de países como a China, que continuam a demandar minérios e metais em grandes volumes. De 2012 a 2016, serão investidos US\$ 75 bilhões no Brasil, frente a uma cifra anterior de US\$ 68,5 bilhões. E o detalhe é que são investimentos com todos os serviços de engenharia e construção civil adquiridos no Brasil, e boa parte de equipamentos nacionais. Minas Gerais deverá receber cerca de 40% desses valores.

Há mais de dois anos o Sr. entregou ao governo federal as propostas das empresas para uma nova regulamentação da atividade e o marco não saiu do papel. Qual será a estratégia na presidência do IBRAM?

Já estive com o ministro Edison Lobão (de Minas e Energia) e disse a ele que estamos abertos ao diálogo. O pior dos mundos é a incerteza dos investidores sobre o que virá. Estamos dispostos a dialogar e discutir a nova legislação no Congresso Nacional, que é o local adequado e legítimo para essas definições. Agora, começo a visitar parlamentares e representantes da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. Não seremos espectadores, mas sim protagonistas nessas mudanças. O Brasil de 1967 (data do Código de Mineração) é muito diferente do de hoje. Defendemos uma agência nacional reguladora e um Conselho Nacional de Política Mineral composto por empresários, trabalhadores e representantes do governo.

Fonte: Estado de Minas

Data: 29/04/2012



MATO GROSSO GOLD — LAGO DOURADO REPORTS BRAZIL GOLD ASSAYS UP TO 9.82 G/T OVER 10M

Lago Dourado Minerals Ltd announced assays from its Jauro project in Mato Grosso, Brazil. Results include:

- 1.25 g/t gold over 4 metres
- 2.35 g/t over 11 metres (including 11.19 g/t over 2 metres)
- 1.44 g/t over 6 metres
- 1.03 g/t over 4 metres
- 9.82 g/t over 10 metres (including 92.6 g/t over 1 metre)
- 1.4 g/t over 8 metres
- 1.67 g/t over 43 metres (including 2.87 g/t over 11 metres)

President/CEO Forbes Gemmell tells ResourceClips.com, “Jauro is on a greenstone belt in the south of Brazil. There was some drilling done by BP in the 1980s — they drilled about 80 holes and had some encouraging hits. No real exploration work has been done since then. So we took over the project a couple of years ago, completed a soil sampling program over the main area of interest and also did an airborne survey — so we’ve done a magnetics and radiometrics interpretation — and recently completed a 1,600-metre Phase 1 drill program.

“I thought the assays were very encouraging given the limited amount of data that was available,” Gemmell continues. “Hitting such intercepts as 43 metres of 1.67 grams and 10 metres of 9.82 grams, it obviously shows that there is gold in the system, and the key now for us is to get a better understanding of the main structural controls. That’s where methods such as trenching, as well as an IP survey, should give us a better feel, because it is an orogenic deposit, which tends to be controlled by structure or contact zones. Given that work is yet to be done, getting such good hits over very good widths is very encouraging.

“We’re looking to do some of that followup work in terms of trenching and some IP over the next few months. Any Phase 2 drilling [at Jauro] would likely get started at the end of the year. It’s too early [for a resource estimate]. The thing to keep in mind is that Juruena is our flagship project,

and that is where most of our money is getting invested, but based on early results I think there's exceptional optionality at Jauro."

Regarding the company's progress at its Juruena project, Gemmell says, "We've just started up our Phase 2 drill program. The big shift there has been the identification of a potential porphyry/epithermal system, which is a bit different from the geological model we started with. So the key there is doing some IP-type work to identify the sulphides. The IP's starting in a couple of weeks, and once we get the results back from that we'll test those porphyry-type targets. In the meantime, the Phase 2 drilling is going to do some followup holes at Uiliam, which is where we hit 216 metres of 0.55 g/t gold.

"We feel we've identified a couple of zones with resource potential [at Juruena] just based on some of the results from the Phase 1 drilling, but drilling up a resource there isn't a priority for us. We think there are bigger prizes to be had. This potential for porphyry-type deposits on the property — that's where you can easily add ounces. So that is going to be our priority for Phase 2: testing these porphyry targets rather than coming in and doing infill [work] to try and drill off a resource."

Gemmell concludes, "We just completed a \$9 million financing in the last few weeks. That should fund us through our Phase 2 drill program at Juruena, which should be the next 12 months."

Fonte: BCCC

Data: 25/04/2012



RIO NOVO GOLD ANNOUNCES FILING OF PRELIMINARY ECONOMIC ASSESSMENT TECHNICAL REPORT FOR ITS ALMAS GOLD PROJECT

Rio Novo Gold Inc. announces that a National Instrument 43-101 compliant technical report in support of the Preliminary Economic Assessment of its Almas Gold Project has been filed on SEDAR. The PEA was completed by Pincock Allen & Holt Brasil, Rio Novo's independent engineering consultant, and its results were previously reported in the Company's April 3, 2012 press release.

The filing of the technical report rectifies any non-compliance by Rio Novo of its obligation to file a technical report within 45 days in support of disclosure the Company made earlier this year on its website regarding certain potential economic parameters of the Almas Project.

Rio Novo plans to complete and release the results of a DFS for the Almas Project in the third quarter of 2012. The Company has contracted Conestoga-Rovers & Associates as its lead engineering consultant for the DFS.

About Rio Novo

Rio Novo is focused on the acquisition, exploration and development of gold properties in Brazil and Colombia. The Company has Measured & Indicated resources of 1,143,427 oz and Inferred resources of 1,105,201 oz of gold at two projects in Brazil (Almas and Garantã) and one in Colombia (Toldafria).

The Company's goal is to become a producer of gold in the short term by bringing into production the Almas Gold Project, located in the State of Tocantins in mid-2013. The Almas Project enjoys both established infrastructure, main grid hydropower in a proven and mining friendly jurisdiction and is permitted for construction.

The Almas Preliminary Economic Assessment ("PEA") by Pincock, Allen & Holt released recently indicates an M&I resource of 796,000 oz at 1.06 g/t with a planned 10 year mine life producing about 60-75,000 oz per annum at \$729 cash operating cost per oz before royalties and refining costs. The initial capital is estimated at \$94.4 million with \$34 million of sustaining capital. The Almas Project has a \$107 million NPV5% at \$1,350 per oz gold price and an estimated IRR of 24%. It is planned to treat 2.0 million tonnes of run of mine material per year. The treatment plant (mill) will utilize a 3 stage crushing circuit followed by ball milling and carbon in leach (CIL) to extract the gold. A new Metso ball mill, capable of treating the planned production has already been purchased and is currently being shipped to the site at Almas.

At the Guarantã Gold Project, the company is exploring at its 100,000 ha land package to delineate resources in addition to the existing 347,400 oz at 1.35 g/t Au Measured & Indicated resources of the X1 target. The primary 2012 target in the region is the Matupá target, located about 19km south of X1, which represents a large area of porphyry mineralization, similar to X1, where Rio Novo believes it holds significant exploration potential.

Fonte: BCCC

Data: 25/04/2012



MINERAÇÃO VAI GERAR MAIS DE 4 MIL EMPREGOS NA BAHIA

Nos próximos cinco anos, a indústria da mineração vai investir R\$ 141 bilhões no Brasil. Com projetos em andamento para a produção de minério de ferro, cromita, vanádio, cobre e ouro, a Bahia será o destino de R\$ 12,7 bilhões, de acordo com dados do Instituto Brasileiro da Mineração (IBRAM), o que dá ao Estado uma participação de 9% no volume total previsto. Os investimentos devem gerar mais de 4,3 mil novos empregos durante as fases de operação das minas que devem entrar em atividade no Estado.

A atividade emprega mais de 165 mil trabalhadores nas minas espalhadas pelo Brasil. De acordo com um cálculo da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia (MME), cada emprego gera outros 13 diretos em diversas etapas da cadeia de transformação, como na operação logística e na indústria de transformação. O potencial da indústria brasileira de mineração e os entraves da atividade serão temas tratados no 2º Congresso Internacional de Direito Minerário, que será aberto nesta quarta, às 16h, no Hotel Pestana.

O desempenho baiano na atividade pode ser atribuído ao longo e continuado investimento na pesquisa geológica do subsolo, somada à decisão de oferecer à iniciativa privada áreas com potencial que o poder público não teria condições de aprofundar a pesquisa. De acordo com dados da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (Sicm), a Bahia tem atualmente 15 mil áreas sendo pesquisadas. Destas, 1,2 mil estão diretamente com a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), empresa pública estadual.

“Nós tomamos a decisão de aproveitar o interesse da iniciativa privada na pesquisa porque se contássemos exclusivamente com os recursos públicos não teríamos como chegar a esse volume de pesquisas em andamento, que é a base para o desempenho que temos alcançado nos últimos anos”, explica o secretário James Correia. Ele diz que o efeito prático do elevado volume de pesquisas são as descobertas de novas minas, que tem se tornando constantes.

Segundo Correia, recentemente houve uma grande descoberta de potássio, matéria-prima para a produção de fertilizantes, na região do Recôncavo. “Não temos como dar mais detalhes, mas é uma descoberta grande”, diz. Outra descoberta pode ser anunciada hoje ao governador Jaques Wagner pelo empresário Olacir B. Moraes, da Itaeste, que recentemente informou a descoberta de tálio na região de Barreiras. “Ele quer informar o governador primeiro. O que nós já sabemos é que se trata de um mineral supernobre”, adianta o secretário James Correia.

Fonte: A Tarde

Autor: Donaldson Gomes

Data: 01/05/2012



MINERADORAS ELEVAM INVESTIMENTOS NO BRASIL PARA NOVO RECORDE DE US\$ 75 BILHÕES

A indústria da mineração será responsável pelo maior investimento do setor privado no País no período 2012 - 2016, com aportes de US\$ 75 bilhões. É o que revela o novo levantamento realizado pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração (www.ibram.org.br) junto às mineradoras que atuam no Brasil. Este é mais um recorde de recursos privados destinados ao setor, superando a cifra anterior que era de US\$ 68,5 bilhões para o período 2011 - 2015.

O anúncio foi feito hoje pelo Diretor-Presidente do Instituto, engenheiro José Fernando Coura, na abertura do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário (www.direitominerario.org.br), em Salvador, Bahia. “Este evento pretende debater e propor alternativas para as sérias restrições na legislação brasileira que podem dificultar o investimento desse amplo volume de recursos. E o debate será enriquecido, ainda mais que estarão frente a frente operadores do Direito da iniciativa privada e do Poder Público, como os profissionais da AGU (Advocacia-Geral da União) e de governos estaduais”, afirma Coura.

O maior interesse por projetos minerais identificado pelo IBRAM reflete o cenário de demanda aquecida e preços elevados, impulsionado pelo crescimento mundial, especialmente dos países emergentes.

Um exemplo do atual nível de procura pelos insumos minerais, principalmente pela China, é o aumento da produção brasileira de minério de ferro. Em 2011, foram produzidas cerca de 467 milhões de toneladas, quantidade 25% maior do que a registrada em 2010.

Os bons resultados também podem ser observados em outros minerais. A produção de ouro aumentou 13% e atingiu 66 toneladas. Para este ano, a expectativa é que atinja 70 toneladas. O nióbio passou de 80 milhões de toneladas para 90 milhões de toneladas.

Este panorama contribui para que o setor continue apresentado bons resultados ao País. A Produção Mineral Brasileira (PMB) também bateu um novo recorde, atingindo US\$ 50 bilhões em 2011. A PMB dobrou entre 2009 e 2011, representando 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O saldo comercial da mineração foi de US\$ 38,4 bilhões ou cerca de 30% superior ao saldo total da balança comercial brasileira. As exportações de minério de ferro representaram cerca de 81% das exportações de minérios em 2011.

A perspectiva do IBRAM é de manutenção da tendência de crescimento. De acordo com o Instituto, espera-se que haja um aumento do valor da PMB de 10% neste ano.

Fonte: IBRAM

Data: 02/05/2012



EIKE DIZ PROCURAR PARCEIROS PARA EXPLORAR US\$ 1,5 TRILHÃO EM ATIVOS

O empresário Eike Batista, homem mais rico do Brasil, disse estar buscando parcerias, com fundos soberanos ou indústrias, para desenvolver recursos de mineração e energia que ele estima valerem cerca de US\$ 1,5 trilhão.

A venda de outra fatia no grupo EBX Group - do qual Eike vendeu uma participação de 5,63% à Mubadala Development Company, de Abu Dhabi, por US\$ 2 bilhões - ajudaria a aumentar a confiança dos investidores globais em seus projetos, afirmou ele em entrevista à TV Bloomberg.

O bilionário declarou que os ativos da EBX têm o potencial para gerar margens de lucro de 80%. "Temos o privilégio de trabalhar com ativos muito ricos na área de recursos", disse. "Com US\$ 1,5 trilhão em ativos subjacentes, com 80 por cento de margem, basta me dar o tempo."

Batista está arrecadando dinheiro para diversificar suas atividades em setores que variam de metais preciosos à gestão esportiva, enquanto continua investindo em suas companhias que exploram minério de ferro, petróleo, carvão, navegação e geração de energia. Em 26 de março, Eike anunciou estar em conversações com fundos soberanos para vender mais uma participação no grupo por US\$ 1 bilhão.

Fonte: Valor Econômico

Data: 30/04/2012



GERDAU ACELERA INVESTIMENTOS EM MINÉRIO DE FERRO E CARVÃO

O grupo Gerdau reforçou no seu balanço publicado no início da noite dessa quarta-feira que vai elevar investimentos nas operações de produção de matérias-primas do aço, com destaque para

minério de ferro e carvão metalúrgico. São dois produtos que têm peso expressivo em seus custos de produção e continuam pressionando as margens operacionais da companhia.

A empresa, décimo maior produtor de aço do mundo, informou que o investimento total previsto para a área de mineração alcança R\$ 838 milhões, com objetivo de atingir 11,5 milhões de toneladas de capacidade de produção anual. Esse volume vai significar aumento da ordem de 80% sobre o volume atual.

O minério de ferro e o carvão são utilizados principalmente pela controlada Gerdau Açominas, localizada em Ouro Branco (MG). A usina é a maior do grupo.

“Frente a esse cenário — de impacto na rentabilidade da companhia —, seguimos buscando aprimorar a nossa gestão de custos, com destaque para a produção própria de minério de ferro e de carvão mineral, assim como para o fornecimento de sucata cativa”, afirmou o presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter.

Segundo a empresa, o objetivo é alcançar a autossuficiência de minério de ferro na Gerdau Açominas. Por isso, o grupo acelera a instalação da segunda fase de investimento na exploração da matéria-prima em minas próprias na região de Ouro Branco. A capacidade atual é de 6,5 milhões de toneladas ao ano, que será dobrada com a instalação da segunda unidade de tratamento de minério.

Esse plano contempla também estrutura logística própria, com investimentos em sistema de transporte rodoviário para facilitar o escoamento da produção. Outro projeto é um sistema de correia de longa distância, com 9 km de extensão, para levar a matéria-prima até a usina. Um terminal ferroviário, na etapa final de estudos, completa o programa superior a R\$ 800 milhões. A previsão é concluir a expansão em 2014.

A Gerdau informou ainda que leva avante seu plano de exploração comercial da produção excedente do minério de ferro. Para isso, no momento busca um parceiro estratégico para o empreendimento.

Fonte: Valor Econômico

Autor: Ivo Ribeiro

Data: 02/05/2012



CBPM VAI LICITAR MINA DE ENXOFRE

Dobrar a produção nacional de enxofre, hoje responsável por apenas 18% do que o país consome. Com esta expectativa, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral vai licitar em breve uma mina do minério e de soda na localidade de salitre, em Juazeiro.

Segundo o presidente da CBPM, Alexandre Burst, sondagens já realizadas pela empresa do governo baiano asseguram uma capacidade de produção de enxofre de 9 milhões de toneladas. O anúncio foi feito durante a abertura do 2º Congresso Internacional de Direito Mineirário, que prossegue até amanhã, no hotel Pestana.

Brust reafirmou que, em razão de novas descobertas e de minas que vão iniciar exploração, a Bahia visa conquistar até 2014 o 3º lugar na produção mineral, ultrapassando Goiás e São Paulo. “A Bahia produz cerca de 40 tipos de minerais.

Os outros estados exploram em torno de seis”, completou. Entre os empreendimentos citados pelo dirigente estão o ouro em Santaluz, por meio da Yamana Gold - com início de operação no quarto trimestre deste ano - e a Largo, em Maracás, com começo da extração de vanádio prevista para segundo semestre de 2013.

O secretário da Indústria, Comércio e Mineração, James Correia, fez coro às previsões de Brust. “O Brasil é a bola da vez na mineração. Os estados principais serão São Paulo, Pará e Bahia”, entende Correia.

Segundo cálculos do presidente da CBPM, o avanço no setor implicará na triplicação dos valores de royalties pagos ao estado, atualmente em torno de R\$ 10 milhões. Caso consiga chegar aos R\$ 30 milhões, a companhia, que em 2009 teve uma receita total de R\$ 4 milhões, alcançaria a independência do tesouro estadual. Hoje, o estado aporta em torno de R\$ 18 milhões na empresa mineral.

Legislação está defasada

Ainda no encontro, o procurador geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Antônio Salmério, criticou a defasagem da legislação do setor, cujo marco regulatório é a lei 227, de 1967.

“Existem procedimentos tecnológicos que a lei não prever”, disse, exemplificando com a questão da exploração marinha, na área chamada de Amazônia Azul - o Brasil tem uma extensão explorável no mar semelhante ao tamanho da floresta amazônica.

O diretor de Assuntos Mineraiis do IBRAM, Marcelo Tunes, reclama ainda de uma confusão entre a concessão de serviços públicos, normatizada na Lei 8.666, e a concessão mineral.

“É o mesmo nome, mas são coisas diferentes. Isso às vezes confunde o Judiciário”, disse. O debate com a sociedade é outro tema relevante do Direito Minerário, segundo Tunes. “O impacto da atividade mineral é pequeno, mas é visível”, opinou.

Fonte: Tribuna da Bahia

Data: 03/05/2012



DÍVIDA DE MINERADORA CHEGA AOS R\$ 30 MI NO TRIMESTRE

Montante, referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineraiis, pode ser maior já que fiscalização é baixa

Dezenas de mineradoras com atividades no Estado de Minas Gerais já somam uma dívida de cerca de R\$ 30 milhões, apenas nos três primeiros meses deste ano, junto à União, Estado e municípios onde extraem os produtos mineraiis. O dinheiro diz respeito à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineraiis (CFEM), que as empresas deveriam pagar como forma de

compensar os entes federados pelo uso do solo e subsolo. Os recursos deveriam ser aplicados em saúde, educação e outros setores de primordial importância para quem vive nas cidades alvo de exploração mineral. O montante foi levantado pelo Hoje em Dia, com dados de cobranças publicados pelo Departamento de Produção Mineral (DNPM), no 'Diário Oficial' da União, e pode ser maior, se considerada a baixa fiscalização no Estado.

O superintendente da instituição em Minas Gerais, Celso Luiz Garcia, informou que o valor dos débitos pode ser menor, na medida em que uma mesma dívida pode ser cobrada por mais de uma vez com publicações no 'Diário Oficial' da União. A reportagem não encontrou, dentre os valores mais expressivos, duplicações com o nome de uma mesma empresa.

Mesmo com a justificativa, Garcia admite que o Estado pode ser um berço de sonegação do imposto, uma vez que o DNPM conta com apenas 30 fiscais de campo e quatro funcionários responsáveis pela contabilização da CFEM. Esses servidores são responsáveis por aferir as atividades de nada menos que 40 mil empreendimentos. "Com certeza. Apesar da cooperação técnica das prefeituras, infelizmente não damos conta. A verdade é efetiva. Todo mundo sabe e não vamos negar isso", respondeu, quando questionado se Minas seria um ambiente propício para sonegação fiscal.

Para o presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de São Gonçalo do Pará, Ângelo Roncalli (PR), a cifra de R\$ 30 milhões que o DNPM cobra das empresas mineradoras pode não corresponder à realidade, porque deve ser muito maior que o auferido oficialmente. "Com esses números (de funcionários) a fiscalização não é efetiva. E, se ela não for de fato efetiva, sem dúvida os municípios estão perdendo receita. A fiscalização não é eficiente", concluiu.

Apenas neste ano, o DNPM recolheu em CFEM R\$ 187 milhões em Minas, o que corresponde a quase 50% de todo o recolhimento nacional. Garcia reconhece a precariedade da instituição. Até mesmo a sede do DNPM em Minas está em estado deplorável, com fiação exposta e teto danificado.

Fonte: Hoje em Dia

Autor: Amália Goulart

Data: 30/04/2012



COM NOVO MARCO REGULATÓRIO, BRASIL NÃO PRETENDE AFUGENTAR INVESTIDORES, DIZ REPRESENTANTE DA AGU

O Advogado-Geral da União Substituto e Secretário-Geral de Consultoria, Fernando Luiz Albuquerque Faria, afirmou esta manhã que com o novo marco regulatório, "é evidente que o governo federal não quer desrespeitar direitos adquiridos (das mineradoras), acrescentando logo em seguida que "o Brasil não quer afugentar investidores" mas sim assegurar que a atividade (minerária) gere recursos que possam ser canalizados para objetivos de promoção social da população.

Faria representou a Advocacia-Geral da União (AGU) no painel "Medidas de restrição ao aumento da aquisição internacional de recursos minerais", no segundo dia do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário (www.direitominerario.org.br), em Salvador, Bahia.

“No Brasil há uma tradição de respeito ao direito adquirido”, enfatizou o Advogado-Geral da União Substituto, completando que no País não há espaço “para medidas restritivas” à mineração. Segundo ele é preciso haver “equilíbrio” entre o interesse público e o das empresas do setor, que somente pode ser obtido por meio do “diálogo e do consenso”.

O painel abordou casos de governos pelo mundo que adotaram medidas restritivas à mineração exercida pela iniciativa privada, o que resultou, em vários países perda de atratividade para investimentos.

Restrições governamentais à mineração

Em 2010 e 2011, vinte e cinco países anunciaram medidas restritivas à mineração sob a alegação de nacionalizar recursos minerais, segundo levantamento da consultoria Ernst &Young, o que tem reduzido o interesse de investidores em fazer novos aportes significativos nessas localidades. Tais ações visam elevar o controle do Estado sobre os recursos, muitas vezes de forma agressiva sobre o capital privado, sem as devidas compensações e em desrespeito a acordos bilaterais entre países e a direitos adquiridos, conforme relataram especialistas no assunto durante o Congresso.

O “nacionalismo” de recursos minerais foi tema de duas sessões do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário, em Salvador, Bahia. Primeiro a abordar a questão foi John P. Williams, sócio do escritório Duncan & Allen (EUA), na noite de 2 de maio. Hoje pela manhã foi a vez de Fernando Luiz Albuquerque Faria, e Peter Samuel Guy Leon, Sócio do escritório Webber Wentzel (África do Sul).

No Brasil, há medidas consideradas restritivas à mineração, segundo comentou Fernando Luiz Albuquerque Faria, da AGU, em sua palestra, sem, no entanto, entrar no mérito de cada uma.

Ele citou algumas como: 1) a limitação de pesquisa e lavra de minérios somente a brasileiros ou a empresas de capital nacional, com sede e administração no País; 2) o veto a estrangeiros em pesquisar e lavar em faixa de fronteira e exigir que a empresa contrate 2/3 de trabalhadores brasileiros; 3) cobrança de encargos, como royalty, sobre transações envolvendo minérios entre empresas brasileiras e estrangeiras pertencentes a um mesmo grupo brasileiro; 4) elevação do imposto de exportação.

Segundo John P. Williams e Peter Leon, há várias formas adotadas por diferentes países que restringem os investimentos privados, como expropriação de empresas, sem as devidas compensações aos proprietários, elevação de taxas e impostos, especialmente para empresas de capital estrangeiro etc. Ambos citaram países, como Bolívia, Equador, Argentina e países africanos e asiáticos como exemplos que não devem ser seguidos pelo Brasil e outros países que pretendem estimular a mineração.

O 2º Congresso Internacional de Direito Minerário acontece até dia 4 de maio e é uma parceria do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) com o Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio do Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O Salvador Convention Bureau é outro apoiador institucional.

Fonte: IBRAM

Data: 03/05/2012

MG INSTITUI NOVA GUIA PARA ADQUIRENTE DE MINÉRIO

O governo do Estado de Minas Gerais impôs uma burocracia adicional para os adquirentes de minérios. A pessoa física ou empresa tributada por regime especial, que beneficiar ou acondicionar os minerais que comprar, é responsável pelo pagamento da taxa de mineração relativa ao minério que não for destinado à industrialização. Agora, além disso, ela deverá fazer uma declaração específica relativa a esses minerais.

O novo procedimento para pagamento e declaração da taxa está no Decreto nº 45.959, publicado no Diário Oficial.

O adquirente em regime especial de tributação é isento da taxa de mineração. Porém, nesse caso, deverá recolher a taxa por meio de um Documento de Arrecadação Estadual (DAE) distinto. A medida facilita o controle de todos os tipos de operações com minérios pela Fazenda estadual.

A nova norma determina também que as pessoas obrigadas à inscrição no Cadastro Estadual (CERM) deverão se cadastrar até o dia 18. A medida é obrigatório para as pessoas físicas e empresas autorizadas a realizar pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento de recursos minerários no Estado.

O primeiro vencimento da taxa de mineração será no dia 31. Com informações da Lex Legis Consultoria Tributária

Fonte: Valor Online

Data: 02/05/2012



LICENCIAMENTO AMBIENTAL É O PRINCIPAL ENTRAWE À INDÚSTRIA MINERAL NO BRASIL

O equivalente à metade do território da Argentina é vetado ao desenvolvimento de atividades econômicas, como a mineração, no Brasil, ou seja, o equivalente a cerca de 38% da área territorial brasileira. Nos locais em que é possível implantar projetos sustentáveis o principal entrave é a concessão de licenciamento ambiental pelos organismos públicos.

A burocracia para a liberação do licenciamento é considerada inibidora de novos investimentos e prejudica especialmente as médias e pequenas mineradoras. O setor mineral pleiteia uma legislação específica sobre licenciamento ambiental, em razão da importância da mineração para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do País. Somente nos próximos cinco anos, a atividade minerária investirá US\$ 75 bilhões no Brasil, volume expressivo que está em risco permanente em razão das exigências burocráticas do licenciamento.

O debate sobre o tema foi um dos destaques da programação do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário (www.direitominerario.org.br), que acontece até dia 4 de maio em Salvador, Bahia.

Para Marcio Silva Pereira, Advogado da Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira & Agel Advogados e Consultor do IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração (www.ibram.org.br), “o Brasil tem regras relacionadas à mineração e outras ligadas às questões ambientais, mas que não se integram”.

Segundo o IBRAM, a garantia de acesso aos recursos minerais demanda integração e equilíbrio entre as leis ambientais e normas da área de mineração. A atividade de exploração requer mais clareza nas regras de convivência entre mineradoras e o meio ambiente.

A necessidade de uma legislação que propicie um ambiente favorável ao diálogo entre a esfera produtiva e a ambiental também foi defendida pelo Advogado da União em exercício no Ministério de Minas e Energia, Mauro Henrique Moreira Sousa.

“Uma legislação do ponto de vista ambiental não necessariamente tem que ser traduzida na ideia de que o meio ambiente paira sobre toda e qualquer atividade. O diálogo exige que todos se entendam, gerando assim uma relação de harmonia entre os atos administrativos e a proposta de desenvolvimento que se quer”, pondera Sousa.

A indústria mineral vive um forte ciclo de expansão que tem propiciado a aplicação de vultosos investimentos tanto na busca de novos depósitos quanto na ampliação das operações existentes. Esta situação pode ser um alicerce para que o Brasil promova melhorias na qualidade de vida da sociedade.

Entretanto, as dificuldades e a demora na implantação de novos projetos têm indicado a necessidade de revisar alguns pontos da legislação ambiental aplicável à mineração, para conferir ao País maior competitividade, sobre uma sólida base conceitual, técnica e regulatória, de forma a permitir a sustentabilidade do setor e a preservação do capital natural do País.

“O Brasil tem uma grande oportunidade. O governo discute a criação de um novo marco regulatório para o setor. Estas novas regras podem estabelecer os fundamentos para se criar um novo viés da legislação para se tratar dessas questões de acesso aos recursos minerais, onde a área ambiental será inserida”, pondera o Pereira.

O 2º Congresso Internacional de Direito Minerário se estende até o dia 4 de maio e é uma parceria do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) com o Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio do Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O Salvador Convention Bureau é outro apoiador institucional.

Fonte: IBRAM

Data: 03/05/2012



CONGRESSO INTERNACIONAL DEBATE ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO PARA A MINERAÇÃO

O longo prazo para a concessão de licenciamento ambiental e as incertezas do sistema tributário vigente no Brasil são alguns dos principais entraves à captação de créditos para projetos de mineradoras juniors e de grande porte.

No primeiro dia de debates do 2º Congresso Internacional de Direito Minerário (www.direitominerario.org.br), o painel “Financiamentos de projetos de mineração e seus desafios”, coordenado pelo Consultor Geral da Vale S.A., Clóvis Torres, contou com a presença dos palestrantes Márcio Bastos Fonseca, Diretor de Divisão da Macquarie Bank – Macquarie Metals and Energy Capital Ltda (Canadá) e Graciema Amaral de Almeida, Advogada Sênior do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Graciema Amaral detalhou os mecanismos de estruturação de projetos de financiamento, tendo como base o Project Finance, procedimento utilizado por grandes empresas para captar recursos devido à sua segurança jurídica e a garantia ser a própria receita.

As partes do processo são compostas basicamente pelos financiadores, normalmente bancos, e o tomador, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), formada com o intuito de executar a proposta de financiamento.

“Neste modelo, o crédito é concedido de acordo com a perspectiva de lucros futuros que o empreendimento pode gerar. Não necessariamente uma grande empresa com um bom projeto é a regra para o recebimento do crédito, pois existe uma flexibilidade quanto a concessão. O financiador analisa a potencialidade, seja pela empresa solicitante ou pelo plano estruturado. Mas, sem dúvida, quanto mais avançado o projeto, maior a chance de êxito na negociação”, completa Graciema Amaral.

Já o Diretor de Divisão da Macquarie Bank, Márcio Bastos Fonseca, abordou como as instituições financeiras analisam a viabilidade bancária de aprovação da proposta.

Basicamente os bancos fazem um estudo detalhado dos principais riscos e garantias que aquela proposta apresenta. A identificação dos riscos auxilia na definição da estrutura de linha de crédito, bem como suas obrigações.

“Busca-se maior celeridade tanto no estudo quanto no pagamento da dívida, principalmente na indústria minerária, devido à volatilidade dos preços das commodities. Por esse motivo, nós analisamos detalhadamente o mercado e todos os possíveis percalços da operação”, destaca Márcio Fonseca.

O Diretor também menciona os desafios que o setor tem pela frente. “Várias questões podem contribuir para o aumento do custo do financiamento. Os entraves burocráticos e os altos tributos têm um impacto considerável na competitividade e na análise dos projetos em mineração. Isso sem

mencionar as incertezas tributárias com a criação de taxas minerárias regionais e a demora na concessão de licenças ambientais”, alerta.

Para concluir o debate, o consultor Clóvis Torres chamou a atenção para as mudanças climáticas que afetam o Brasil. “Os fenômenos naturais também devem ter nossa atenção, pois podem dificultar e aumentar o custo de captação de recursos”, disse.

O 2º Congresso Internacional de Direito Minerário é uma parceria do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) com o Departamento Nacional Produção Mineral (DNPM) e a Escola da Advocacia-Geral da União (AGU), com apoio do Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM) e da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM). O Salvador Convention Bureau é outro apoiador institucional.

Fonte: IBRAM

Data: 03/05/2012



CURSOS SIMEXMIN 2012

As inscrições para os cursos pós SIMEXMIN 2012 deverão ser feitas através do preenchimento da ficha de inscrição online no link:

<http://www.adimb.com.br/simexmin2012/programacao/cursos-pos-simposio>.

1 – Como Viabilizar seu Projeto e Evitar Entraves / Relacionamento com a Comunidade

COORDENAÇÃO: Carlos H. Bertoni – ADIMB

DATA: 24 de maio de 2012

2 – Avaliação Econômica de Depósitos Minerais

MINISTRANTES: Jorge Pereira Raggi e Stéfano Angioletti (Goeconômica)

DATA: 24 de maio de 2012

3 – Desing of Surficial Exploration Geochemistry Programs

MINISTRANTE: L. Graham Closs – Colorado School of Mines/EUA

DATA: 24 de maio de 2012

4 – Sedimentary-Hosted Stratiform Copper and Related Mineralization (SEG Sponsored Short Course).

MINISTRANTE: Alexander C. Brown – Ecole Polytechnique de Montreal/Canadá

DATA: 24 e 25 de maio de 2012